

VALE DO PARNAÍBA: HISTORIOGRAFIA, HISTÓRIA E MARGINALIDADE



Roberto Motta
Diretor do Departamento de Antropologia do
Instituto de Pesquisas Sociais da Fundação Joaquim Nabuco

I

O Vale do Parnaíba tem história? A pergunta pode parecer uma tentativa de escandalizar o leitor e iniciar uma polêmica. Mas a dúvida surge de razões muito sérias; dessas razões seriíssimas que dividem a ciência social e histórica no dia de hoje, depois de terem feito a mesma coisa no passado. Pois o problema é velho. Hegel, na *Filosofia da História*, consigna povos inteiros, os da África Negra, por exemplo, ao limbo dos “nati quasi non nati”. Está aí o problema da dimensão prometeica na vida dos povos, presente em uns, ausente em outros, e que decide da historicidade das culturas e dos povos.

Sem parar no exame das idéias de economistas como Werner Sombart, que, de perspectiva claramente hegeliana, fala do “espírito revolucionário, faústico, europeu, que deu nascimento à fase de cultura em que vivemos” (Sombart 1946: 91), a questão da maior ou menor inserção de certas áreas na História preocupa, sob diversos nomes, quase todos os grandes teóricos da ciência social e histórica.

Malinowski e Radcliffe-Brown, os fundadores da corrente funcionalista, desistem de ambições historiográficas. Este último cuida de declarar que não se opõe à história, desde que haja bases científicas para escrevê-la. “Se perguntarmos por que uma sociedade tem tais instituições sociais em um determinado momento, a resposta só pode ser fornecida pela história. Onde existirem documentos, poderemos traçar, em maior ou menor detalhe, a maneira como as instituições vieram a ser o que são. Assim podemos, nos países europeus, traçar o desenvolvimento das instituições sociais através de vários séculos. Mas para a maioria das sociedades africanas, os documentos que serviriam para obter uma história autêntica são extremamente raros ou em muitos casos inteiramente inexistentes. Não podemos ter a história das instituições africanas” (Radcliffe-Brown 1950: 1-2).

O anti-historicismo do autor funcionalista vai adiante. Mesmo com documentos, “desde que tenhamos descoberto a função de um certo costume, isto é, o papel que desempenha no funcionamento do sistema a que pertence, chegamos a uma compreensão ou explicação diferente e independente de qualquer explicação histórica de sua origem”. (Ibidem: 3.)

O Brasil claro que não pode ser assimilado ao modelo africano de Radcliffe-Brown. Nessa perspectiva nosso país é definitivamente europeu, por-

que existem documentos que permitem elaborar sua história científica. O que não implica que os seguidores desse método funcionalista deixem de abstrair da história, na crença um tanto ingênua, herdada do próprio Radcliffe-Brown, mas nem sempre com sua classe de teórico ou pesquisador, de poderem descobrir, ou de já terem descoberto, o papel de todos os costumes no funcionamento de todos os sistemas.

Nem o próprio Vale do Parnaíba (que na prática se confunde com o Piauí, se se abstrai de excessos de precisão ou preciosismo geográfico) pode assim, sem mais, cair no modelo africano. A Casa Anísio Brito, o Arquivo Estadual Histórico de Teresina, está aí para cobrir tais possíveis exageros africanófilos, do mesmo modo que a respeitável obra de vários historiadores da melhor qualidade e de grande renome. O Piauí tem história, mesmo que esta, como aliás todas as histórias, possa ainda ser aperfeiçoada por maiores trabalhos de pesquisa.

Mas a resposta afirmativa à questão historiográfica não resolve o outro problema, talvez mais fundamental. O Piauí tem história? O estudioso de sua historiografia sente-se tentado a dizer que o nobre Estado tem se encontrado, até quase o presente, em estado de inocência paradisíaca quanto ao demônio do progresso histórico.

Não sou eu o primeiro a dizê-lo. Pelo menos implicitamente, já o afirmou Odilon Nunes, que é o *historiador* piauiense. "As modificações que se observaram na vida do Piauí tinham caráter mais social que político. Até mesmo a independência não teve reflexos profundos em nossa história, nem modificou sua fisionomia. A integração do Piauí no Brasil só teve seu início em 1845, e em nossos dias ainda está a se processar e a reclamar a atenção dos homens públicos. Ainda há pedaços do Piauí que pertencem ao Brasil arcaico. . . a evocar ainda a expansão dos currais, na época da conquista. . . olhando o conjunto de sua história, temos a impressão de que na hinterlândia em que se erguem chapadões inóspitos, surge uma sociedade cujo destino é reviver a evolução da humanidade. Tal é o isolamento em que tem vivido, o abandono que tem sofrido". (Nunes 1963: 11)

Temos um réu confesso. Se a historiografia representa a autoconsciência do povo que a escreve (através de seus homens ilustres), o Piauí, a julgar, entre outros, por Odilon Nunes, tem demonstrado bastante realismo na percepção do que provisoriamente chamaremos sua marginalização histórica. E se uma percepção clara da situação preexistente é o primeiro passo, indispensável, para sua transformação, há então razões de esperar grandes mudanças na configuração histórica do Vale do Parnaíba.

Diga-se de passagem que perigo representa, para um país ou região, ter sua história escrita por forasteiros. A ciência não pode parar, é claro, e sua exigência de sempre progredir em acúmulo de conhecimento merece respeito integral. Tanto mais integral, quanto mais ricas as fundações, instituições e agências que a subvencionam. Mas se o cientista social ou historiador é "o buraco de agulha por onde passa a linha da História" (Nicolaus Sombart) é mau que essa linha passe por terras estranhas e, assim alienada, volte à área de origem.

Porém o próprio Piauí, entre outros nomes que o autor, para evitar injustiças na enumeração, prefere omitir, produziu o já citado Odilon Nunes.

Sua obra de história econômica, social e política é dessas que orgulham qualquer região. E tanto mais meritória por se realizar em circunstâncias que não podem deixar de ter sido adversas e de exigir muita abnegação.

Mas há um ou outro reparo que eu gostaria de fazer à citação de Nunes. Primeiro, que “as modificações que se observam na vida do Piauí” precisamente o que *não* parecem ter é “caráter mais social do que político”. As modificações na vida do Piauí o que tiveram exatamente foi um caráter episodicamente político. O social, este sim, é que parece ter ficado intacto até os nossos dias, quando tudo lá parece que começa a movimentar-se.

Ora, mesmo em áreas de pouca História, isto é, de nenhuma ou quase nenhuma modificação estrutural, as pessoas morrem e daí os políticos se substituem. Há brigas que não passam das guerras ou guerrinhas exigidas pela própria estrutura dominante e, por isso mesmo que já previstas no programa, não geram coisa alguma. Tais contradições, mesmo as sanguinolentas, são frias, glaciais quanto à produção da História; e pensar o contrário seria igual a considerar o pernambucano município de Exu como o centro de maior dinamismo na História do Brasil.

Os historiadores do Piauí, piauienses ou de outros estados (alegra um coração pernambucano ver a participação de seus conterrâneos na produção historiográfica do Estado-irmão, de Pereira da Costa a Barbosa Lima Sobrinho e Carlos Porto) não se enganaram, ao implicitamente optar pelo estudo de episódios, com metodologia positiva de fazer inveja a Ranke ou Capistrano.

Pois numa área de estruturas por tanto tempo imóveis, só resta o episódio para fascinar as vocações mais autênticas de historiador. Episódios que se inserem, como já ficou dito, na estrutura, que se absorvem nela, deixando-a, por assim dizer, intocada, sem que se precise, porém, chegar ao extremo de dizer que a História do Piauí continua “virgo intacta”. Clio não costuma ser cem por cento virtuosa.

Outro reparo, ainda terminológico, à citação de Odilon Nunes, diz respeito a constituir o Piauí “uma sociedade cujo destino é reviver a evolução histórica da humanidade”. Dentro da linha seguida neste ensaio, tal afirmação faz efeito de petição de princípio. O que precisamente falta demonstrar é se, “no isolamento em que tem vivido, no abandono que tem sofrido”, o Estado seria capaz, em prazo mais ou menos longo, de “reviver a evolução histórica da humanidade”, isto é, sozinho passar por aquelas transformações que (entre outras) o levassem à Revolução Industrial e à moderna sociedade de consumo de massa.

A obra de historiador de Odilon Nunes orgulha o Piauí e o Brasil. Minha intenção não é pegar seus pontos menos fortes (inevitáveis em qualquer obra de seu porte) para uma tarefa demasiadamente fácil de crítica destrutiva. Não se trata de uma empresa de demolição, mas de um ponto central a discutir neste ensaio.

Recordamos: trata-se de saber se o Piauí tem História, com *H* maiúsculo. E ao problema assim formulado liga-se a nossa hipótese central: o Piauí tem se caracterizado por forte marginalidade em relação ao desenvolvimento histórico geral do Brasil. Ouso dizer explicitamente o que todo mundo parece pensar. A História do Brasil não teria sofrido alteração de importância, se o Piauí não existisse.

Afirmação que vai parecer afoita a alguns. Apresso-me em acrescentar, para prevenir qualquer equívoco, que estou falando do Piauí e só do Piauí. Não me refiro a áreas nem a leste, nem ao oeste, nem ao sul e nem ao norte do Estado. É afirmação colocada em forma condicional e no passado. Estou escrevendo um ensaio de história e não de futurologia. Mesmo assim, quero afirmar que, se a história passada do Brasil não se alteraria significativamente sem o Piauí, o presente e o futuro do país ligam-se a esse Estado e o destino do Brasil mudaria se, em inaudito cataclisma geográfico, a atual área do Estado fosse transformada num golfo.

Mais do que ir “reviver a evolução histórica da humanidade”, seguindo um esquema à Lewis Morgan ou Gordon Childe, o Piauí parece ter parado numa fase da história do Brasil; parece ter congelado, à espera de um processo de reavivação que não presente aparenta ter começado, períodos “que pertencem ao Brasil arcaico, roncemente a marchar em rumo a seu destino, a evocar ainda a expansão dos currais, na época da conquista”. (Nunes 1963: 11)

O autor se sente aqui tentado a outra digressão. O que é História? Se o Estado tem história, porque privilegiar a perspectiva do progresso contínuo e do desenvolvimento? Não estará esse ensaio cedendo a um certo etnocentrismo, tanto mais inaceitável por se encontrar em autor brasileiro e nordestino e como tal dependente, herdeiro, por direito de nascimento, de tradições lusas ou hispanas, que não se enquadram exatamente na perspectiva, européia certo, mas acima de tudo norte-européia ou norte-atlântica, da validade da opção pelo progresso técnico, econômico, unilinear?

Não se aplica então ao autor, “mutatis mutandis”, a devastadora crítica de Lévi-Strauss ao historicismo marxista-sartriano? “Que se vai fazer dos povos sem história. . .? Sartre se resigna a recolocar a ‘humanidade atrofiada e deformada no lado do humano, mas não sem implicar que seu lugar no humano. . . pertence-lhe só em virtude de sua adoção pela humanidade histórica. . . É necessário uma boa dose de egocentrismo e ingenuidade para acreditar que o Homem se refugiou num único dos muitos modos históricos e geográficos de sua existência, quando sua verdade reside no sistema de suas diferenças ou propriedades comuns”. (Lévi-Strauss, 1966: 248-249)

Concedido, a opção pelo progresso é uma entre outras igualmente possíveis. De um ponto de vista ético pessoal, tanto serve a mística do progresso quanto outra qualquer e Lévi-Strauss, ao criticar o historicismo dizendo que “essa filosofia. . . serve como um documento etnográfico de primeira ordem, essencial para o estudo da mitologia de nosso próprio tempo” (1966: 249) tem razões incontestáveis.

Menos incontestáveis são afirmações e manifestos no sentido de que certos povos sejam deixados na “aurora da humanidade”, o que, aliás, não se aplicaria bem ao Piauí, cuja hora histórica, se não é tampouco a do meio-dia, deve andar pelas oito-e-meia da manhã. Outra subdigressão: nenhum cientista social ou historiador pode dar-se ao luxo de deixar de considerar a vida humana valor absoluto.

Está aí o livro de Carlos Eugênio Porto, *Roteiro do Piauí*, com seu capítulo X todo sobre “Endemias do Piauí” (Porto 1955:166-186). Esperemos que

em 30 anos a situação referente à malária, ao tracoma, à ancilostomose, à moléstia de Chagas, à amebíase, à leishmaniose tegumentar, à lepra e à febre amarela, tenha melhorado espetacularmente. Mas baste a leitura atenta dos jornais para que se veja que o estado sanitário do Nordeste ainda tem muito a progredir.

Não tem porquê o cientista social ou historiador, mesmo quando não é historicista, nem marxista, nem sartriano, deixar de acreditar em valores que não podem, enquanto humanos, ficar restritos a povos privilegiados. Daí os estudos, as pesquisas, as barragens, as cooperativas, as tentativas de fazer crescer o produto interno da área, a renda *per capita* e a esperança de vida.

II

Temo que a primeira parte destas considerações em torno da história do Piauí, se comparadas em extensão à segunda, deem a este trabalho aspecto desproporcional. Trata-se agora de apresentar as grandes linhas da história da área. Não era o caso de buscar documentos primários e inéditos em arquivos ou sacristias. Mas nem por um momento ocorreu a este autor simplesmente repetir trabalhos anteriores. Ele espera, isto sim, apresentar uma reflexão original sobre certos postulados de interpretação histórica que muitos, não se percebe bem por que, parecem ter vergonha de declarar, mesmo quando os utilizam, de maneira implícita, em cada parágrafo de seus escritos e projetos.

Existem bons trabalhos sobre os delineamentos básicos da história econômica do Piauí. Correndo o risco de cometer injustiças, destaco os seguintes autores por ordem, quanto possível, de data: Barbosa Lima Sobrinho (1946), Carlos Eugênio Porto (1855), Odilon Nunes (1957, 1958, 1959, 1963), Raimundo Nonato Monteiro de Santana (1964).

Há uns tantos livros, respeitabilíssimos quanto à qualidade de obras históricas, que, paradoxalmente, tratam do Piauí mas tendo muito pouco a ver com a História, ou mesmo com a história, dessa parte do Brasil. O debate sobre os dois Domingos (quem chegou primeiro ao Piauí, o paulista Domingos Jorge Velho ou o luso-baiano Domingos Afonso Sertão?) constitui tema historiográfico apaixonante, mas, enquanto debate sobre simples prioridade pessoal, diz muito pouco sobre a formação das estruturas sociais do Piauí. E é tema quase tanto para jurista — é Barbosa Lima Sobrinho, com argumentação cerradíssima, revela-se “double” de historiador e advogado — como para estudioso de história, além de fornecer excelente pretexto para emocionantes jûris históricos de alunos bem comportados de faculdades e até mesmo de colégios.

Rocha Pitta, Varnhagen, Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia, Taunay, — entre vários outros — trataram do assunto mais ou menos de passagem. Com a publicação, por Pereira da Costa em 1909, de um requerimento de sesmaria de D. Jerônima Cardim Fróis, “viúva que ficou do mestre de campo Domingos Jorge Velho”, a prioridade do paulista, a julgar por datas e referências, contidas na própria petição, parecia definitivamente estabelecida.

Isso, até o livro de Barbosa Lima Sobrinho, *O Devassamento do Piauí* (1946). Em palavras todas serenidade, nega a prioridade do Domingos paulista sobre o luso-baiano, baseado em documentos do mesmo período e pelo menos tão idôneos quanto a petição de D. Jerônima, aliás republicada em *Documentação Histórica Pernambucana. Sesmarias* (1954). Mas admite que “não devemos esquecer os memoriais que falam na presença de Domingos Jorge Velho no Piauí, antes de sua ida para os Palmares”. (Pág. 96). E acrescenta: “Em face de documentos contraditórios e sem que se encontre nenhuma explicação para essa contradição, o mais prudente e o que é científico, é expor o conflito de informações, evitando afirmações peremptórias. Os magistrados são obrigados a julgar, em face das provas aduzidas, quaisquer que elas sejam, poderosas, ou inexpressivas, concludentes ou não; ao historiador, cabe um pouco mais de liberdade. Não lhe fica mal dizer, lealmente, que ainda faltam elementos para uma conclusão definitiva”. (Págs. 99-100)

Sábias ponderações que na falta de novos achados documentais deveriam ter encerrado a controvérsia. Mas Carlos Eugênio Porto vai mais além, afirmando que “tudo parece indicar que as planícies imensas do Piauí jamais foram pisadas pelo duro tacão do valoroso conquistador dos Palmares”. (1955:62). Odilon Nunes, dando a impressão de achar mais honrosa a filiação paulista do que a baiana, arvora-se, em recente publicação, no novíssimo paladino da primazia de Domingos Jorge Velho, de quem fala no tom mais elogioso deste mundo.

Escreve Nunes que “os pernambucanos não correspondiam ao conceito que de sua robustez tinha o Governador Geral, porquanto os quilombolas alagoanos continuaram a resistir por vários anos às investidas desses inimigos. Enfim, João da Cunha Souto Maior, valendo-se dos entendimentos havidos entre os paulistas e D. João de Sousa, resolveu convidar Domingos Jorge Velho, apresentado no Piauí, para expurgar aqueles redutos de escravos amacambados”. (1972:8) O bom Odilon Nunes, como Homero, às vezes dá seu cochilinho, e este esquecido de que o governador certamente se lembrava da ainda recente Restauração Pernambucana, que não consta ter sido obra de paulistas.

Não precisavam os pernambucanos, para provar robustez, de destruir mocambos. Mas existem — não é certo que para glória de Pernambuco — bastantes indicações documentais transcritas no próprio *A Guerra dos Palmares*, de Ernesto Ennes (1938), autor de que tanto se vale Odilon Nunes, no sentido de a guerra ter sido quase mais de pernambucanos do que de aventureiros paulistas. “Os preciosos documentos, que a seguir publicamos, marcam indelevelmente a personalidade de Domingos Jorge, não omitindo a mais insignificante particularidade que possa diminuí(-la); . . . pelo contrário nos eleva a verdadeiro herói da guerra dos Palmares Bernardo Vieira de Melo, a ponto de poder concluir-se que a glória de Domingos Jorge muito deveu ao esforço dessa figura singular de visionário e sonhador impenitente”. (Ennes: 85)

Um dos muitos documentos usados por Ennes é uma carta ao Rei do Governador de Pernambuco, Caetano de Melo Castro, em termos que não correspondem ao conceito que da robustez dos paulistas faz Odilon Nunes. “Se não deve atender ao contrato que o dito Mestre de Campo (Domingos Jorge Velho) fez com o Governador João da Cunha Souto Maior e que V. Majestade foi servido

confirmar; porquanto os paulistas não satisfizeram as obrigações do dito contrato em que a mais principal foi fazerem a dita guerra eles sós à sua custa; o que se viu tanto ao contrário que as despesas de tudo foram feitas pela Fazenda Real (400.000 cruzados) e pelos moradores (100.000) e constando o exército de perto de 3.000 homens entre os socorros que assistiram e retiraram e tendo os paulistas 700 e tantas almas só 300 se acharam capazes de armas, quantia tão limitada que não fora possível conseguirem cousa alguma naquelas partes” (In Ennes: 113)

Conclui Nunes pelo Velho, mas, humildemente, confessa-se “pronto a mudar de opinião, se surgir fonte documentária de que resulte uma síntese contrária à que chegamos; porém, dentro dos recursos de que dispomos para pesquisa, a síntese que apresentamos é a mais consentânea com o verdadeiro escopo da história”. (Ibidem: 35)

A dominicana controvérsia já se vê que é irresistível, tanto que o autor deste ensaio deu-lhe mais parágrafos do que tinha planejado que o leitor lhe perdoe o deslize.

Se há uma idéia central neste trabalho, é a da marginalidade histórica do Piauí. Em que se fundamenta essa situação, que durou *quase* até o presente? A resposta, a que prefiro atribuir mais o caráter de hipótese, a aperfeiçoar ou descartar em estudos futuros, parece-me muito simples. A área do Vale do Parnaíba — o Piauí — apresentou utilidade muito marginal, muito secundária, para a economia do Brasil-Colônia. A história dos países não é só economia; mas o Piauí também não desempenhou, afirmo-o até prova em contrário, papel destacado em movimentos sociais, políticos ou culturais de nosso país ou de nossa região.

Em tudo e por tudo o Piauí tem se apresentado até passado bem próximo, como área que se pode chamar de *complementaridade marginal*, não só em relação ao Brasil, como ao próprio Nordeste. Não se entende com isso que a região do Vale do Parnaíba, uma vez ocupada por vaqueiros ou bandeirantes (estes últimos, em qualquer caso, logo convertidos em vaqueiros) tivesse imediatamente saído em regime de absoluta autarquia.

Relativa, sim. A natureza e os povos têm horror ao vazio (mas tal horror é ele próprio relativo). Era, por assim dizer, fatal que depois da ocupação de áreas do litoral brasileiro — no caso do nordestino — logo entregues à cana-de-açúcar, a simples contigüidade territorial levasse os povoadores luso-brasileiros ao sertão.

Se os Gueguês, os Aroás, os Guacupés, os Tremembés, os Jaicós, os Pimenteiras, etc. etc. (Nunes 1963: 15, 18, 40, 47) com sistemas econômicos bem mais autárquicos do que o luso-brasileiro colonial, entraram e se estabeleceram no Piauí, quanto mais não o fariam os pecuaristas baianos, pernambucanos ou mesmo paulistas?

É mais do que tempo de assinalar aqui excessos de racionalismo histórico, que levam direto a um detestável escolasticismo, no sentido de que historiadores e estudantes julgam ter compreendido tudo sobre a história econômica e social do Nordeste (que transformam logo em História) ao atinarem com a fórmula mágica de dois ciclos complementares, o do açúcar e o do gado. Desse modo, apesar de certos compromissos filosóficos em contrário, mas que frequente-

mente ficam só ao plano filosófico, despreza-se a *matéria* de que é feita a história, em favor da comodidade das *idéias* na cabeça de estudiosos.

Acidentes, de caráter geográfico ou político, vêem-se anulados em favor de comodismos didáticos ou pretensamente lógicos. As surpresas do real, as intercorrências, os entrecruzamentos de causas ou fatores que só possuem existência concreta, que se recusam a tratamentos baseados no método dos *a priori*, são sacrificados a uma pretensa História que sai, *ab aeterno*, de dentro da cabeça de Clio mais domesticada que se possa imaginar, mais racional do que o “Espírito” imaginado por Hegel, este pelo menos coerente com os postulados de sua filosofia idealista.

Assim, a leitura de muitos autores dá a impressão de que a história do Piauí é a coisa deste mundo mais translúcida, mais transparente, quando se pensa que o setor criatório da economia nordestina, no caso, a economia piauiense, estabeleceu-se para, “excusez du peu”, simplesmente fornecer animais de tração e carne para as áreas açucareiras.

Tais pretensiosíssimos e amplíssimos raciocínios só poderiam ter validade se confirmados, ano a ano ou década a década, por dados estatísticos, baseados em fontes documentais autênticas, demonstrando a exportação de *significativa* porcentagem do produto do criatório piauiense para áreas de açúcar. Não bastaria, é claro, comprovar *alguma* exportação, mas exportação em tais números que não se pudesse duvidar do caráter *essencialmente* complementar da economia do Vale do Parnaíba.

Celso Furtado parece autor de mais do que pecadilhos ocasionais nesse processo de hiper-racionalização da história do Brasil, com a maravilhosa imbricação de sistemas que postula. De Antuérpia ou Amsterdam, passando por Lisboa e Olinda ou Salvador, uma perfeita cadeia de harmoniosos interesses econômicos (pois até as contradições entre interesses assumem um aspecto harmônico, no grande concerto sinfônico do progresso da humanidade) leva-nos às margens do São Francisco, do Parnaíba e de seus afluentes.

Mas o mesmíssimo Celso Furtado reconhece que nem sempre o entrosamento funcionou às mil maravilhas. Afirma, é certo, que “Ao expandir-se a economia açucareira, a necessidade de animais de tiro tendeu a crescer mais do que proporcionalmente, pois a devastação das florestas litorâneas obrigava a buscar lenha a distâncias cada vez maiores. Por outro lado, logo se evidenciou a impraticabilidade de criar o gado na faixa litorânea, isto é, dentro das próprias unidades produtoras de açúcar . . . E foi a separação das duas atividades econômicas — a açucareira e a criatória — que deu lugar ao surgimento de uma economia dependente na própria região nordestina”. (1970:57)

Mas não deixa de acrescentar que “a forma mesma como se realizava a acumulação de capital dentro da economia criatória induzia a uma permanente expansão — sempre que houvesse terras por ocupar — independentemente das condições da procura” (Ibidem: 57) ou “É necessário ter em conta que a criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos, e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo. Essa importância relativa do setor de subsistência na pecuária será um fator fundamental das transformações estruturais por que passará a economia nordestina em sua longa etapa de decadência”. (Ibidem: 60)

Apresenta grande interesse, na perspectiva deste ensaio, notar que o Piauí só foi ocupado (por luso-brasileiros) *depois* da expulsão definitiva dos holandeses do Brasil. Portanto, para usar conceitos e terminologia de Celso Furtado, já *durante* a etapa de decadência da economia açucareira. Isso, por si só, já parece destroçar o argumento da complementaridade essencial, se não entre a Mata e o Sertão como um todo, pelo menos no que se refere ao Piauí.

Pois só em 1674 se organiza a expedição de Francisco Dias de Ávila, em que toma parte Domingos Afonso Sertão, contra os índios gueguês, que marca a penetração do atual território do Piauí por parte da casa da Torre. Dois anos depois, Domingos Afonso, seu irmão Julião Afonso e outros sócios recebem datas às margens do rio Gurguéia. (Barbosa Lima Sobrinho 1946: 50ss; Porto 1955: 20ss) A hipótese da prioridade de Domingos Jorge Velho não infirmaria o argumento. Os cálculos mais otimistas, à base da petição de sesmaria de D. Jerônimo Cardim, viúva do Velho, levariam ao ano de 1662. (Porto 1955: 44; Nunes 1972: 33)

Toma-se, portanto, difícil entender, se *todo* o Sertão do Nordeste tivesse sido ocupado para o estabelecimento de uma pecuária complementar à economia açucareira da costa, que o gado só tivesse chegado ao Piauí *depois* da perda do monopólio brasileiro do açúcar e conseqüente retração, ao menos relativa, da demanda desse produto o que, se se quer ser inteira e exclusivamente lógico, levaria a uma perda generalizada de energia por todas as frentes de expansão da economia brasileira ligadas, direta ou indiretamente, à economia açucareira.

Tudo indica, porém, que "a necessidade de animais de tiro" ou de alimentos não foi a causa fundamental do devassamento e povoamento (por luso-brasileiros) do Piauí. A história parece bem mais prosaica e bem menos lógica na articulação entre setores ou sistemas. O Vale do Parnaíba foi ocupado porque, à exceção de tribos indígenas incapazes de resistir com êxito a essa penetração, encontrava-se vazio e contíguo a regiões já povoadas. E sua posição altamente marginal, pelo menos até passado bem recente, comprova sua desarticulação com outros setores do Brasil; em outras palavras, não se reduz a trocadilho afirmar que a história do Piauí se explica menos por teorias econômicas de utilidade marginal de novas unidades produtivas acrescentadas ao sistema econômico nacional, do que pela inutilidade marginal da área, ocupada para não ficar vazia.

REFERÊNCIAS

- ENNES, Ernesto. *A Guerra dos Palmares*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1938.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 10 ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *The Savage Mind*. Chicago, University of Chicago Press, 1966.
- LIMA SOBRINHO, Barbosa. *O Devassamento do Piauí*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1946

- NUNES, Odilon. Geografia e História do Piauí. *Econômica Piauiense* (Teresina) v. I, n. 4. Págs. 221.241. 1957
- . A origem das Fazendas Estaduais. *Econômica Piauiense* (Teresina). v. II, n. 1, 2, 3, 4. Págs. 3-36. 1958
- . Economia e Finanças (Piauí Colonial). *Econômica Piauiense* (Teresina). v. III, n. 1, 2, 3, 4. Págs. 7-60. 1959
- . *Súmula de História do Piauí*. Teresina, Edições Cultura, 1963
- . *Devassamento e Conquista do Piauí*. Teresina, Comepi, 1972
- PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1955. (Serviço de Documentação).
- RADCLIFFE-BROWN, A. R. Introduction. In: RADCLIFFE-BROWN, A. R. and FORDE, Daryll eds. *African Systems of Kinship and Marriage*. London, Oxford University Press, 1950.
- SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução Histórica da Economia Piauiense*. Teresina, Edições Cultura, 1964
- SOMBART, Werner. *El apogeo del Capitalismo*. México, Fondo de Cultura Económica, 1946